

PERFIL DO CORPO DOCENTE, TUTORIAL E DE COORDENAÇÕES DE CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE DE EAD

Larissa Dahmer Pereira

Universidade Federal Fluminense (UFF)

PERFIL DO CORPO DOCENTE, TUTORIAL E DE COORDENAÇÕES DE CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE DE EAD

Resumo: O artigo constata o crescimento da modalidade de EAD, no nível superior de ensino, como uma das estratégias de expansão do ensino superior brasileiro, sem o respectivo investimento estatal. No âmbito do Serviço Social, o fenômeno de crescimento de tal modalidade data de 2006, trazendo implicações para o perfil de formação delineado pela ABEPSS. O trabalho objetiva, a partir das informações colhidas nas páginas institucionais das IES quanto ao corpo docente, tutorial e às coordenações de curso, problematizar o perfil de formação deste profissional baseado exclusivamente em atividades de ensino a distância.

Palavras-chave: Política educacional, ensino a distância, trabalho docente, formação profissional, Serviço Social.

PROFILE OF FACULTY, TUTORIAL AND COORDINATION OF SOCIAL WORK COURSES IN DISTANCE EDUCATION.

Abstract: The article notes the growth of the sport of distance education in higher education, as a strategy of expansion of higher education in Brazil, without the respective state investment. Under the Social Service, the phenomenon of growth of this modality of 2006, brings implications for the training profile outlined by ABEPSS. The study aims, from the information collected in the pages of the High Education Institutions as well as from the faculty, tutorial and coordination of courses to study the problem of the formation of this professional profile based solely on distance teaching activities.

Key words: Educational policy, distance learning, teaching, training, Social Service.

Recebido em: 30.11.2010. Aprovado em: 16.06.2011.

1 INTRODUÇÃO

O perfil da política educacional brasileira, a partir dos anos 1990 e principalmente no pós-2000, vem delineando-se de forma cada vez mais mercantilizada, especialmente no nível superior de ensino. Desde o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), passando pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) e chegando ao atual governo Dilma (2011), a via preferencial de expansão do ensino superior tem sido a do setor privado mercantil e, com a chancela legal da LDB, especialmente através do Ensino a Distância (EAD)¹.

O Plano Nacional de Educação (2011-2020), em tramitação no Congresso Nacional, também aponta o EAD como uma via privilegiada para “sanar” problemas de acesso ao ensino superior e elevar as estatísticas do país, como a inserção de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior. (BRASIL, 2009). Tudo indica que o EAD será fortalecido na próxima década, configurando-se como uma das estratégias de expansão do ensino superior brasileiro, sem o respectivo investimento estatal, pois tal expansão operacionaliza-se centralmente via setor privado mercantil². Se há possibilidade efetiva de ampliação do acesso, questiona-se:

- (i) o perfil de profissional que irá se formar em tal modalidade de ensino, dadas as limitações reais de efetiva vivência acadêmica, pautada em experiências de pesquisa e extensão e na convivência com movimentos sociais coletivos;
- (ii) a desvalorização do trabalho docente universitário, que, em tal modalidade, parcializa-se/fragmenta-se profundamente, sendo ampliadas as formas de desvalorização desta força de trabalho e, logo, amplificada a exploração³.

No âmbito do Serviço Social, os primeiros cursos em funcionamento nesta modalidade de ensino datam de 2006, sendo ainda um fenômeno recente em nossa área⁴. Apesar de recente, o curso de Serviço Social encontra-se entre os dez maiores cursos de graduação na modalidade de EAD, sendo o 3º maior curso no ano de 2009, com 68.055 matrículas, atrás de Pedagogia (286.771 matrículas) e Administração (228.503 matrículas). (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

Na direção apontada, permanecendo o ritmo de crescimento do curso, o perfil de profissional, em menos de uma década, será significativamente influenciado pela formação na modalidade de EAD, pautada pela ausência da vivência acadêmica e inserção em movimentos coletivos, bem como restrição da formação ao ensino, dissociada de experiências em extensão e pesquisa. O presente artigo⁵ objetiva apresentar e problematizar algumas características dos cursos de Serviço Social ofertados na modalidade de EAD, focando a atenção especialmente no perfil do corpo docente, tutorial e das coordenações de curso - sua formação e produção acadêmica -, considerando-o um componente fundamental para uma formação profissional qualificada, crítica e pautada pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)⁶.

2 PERFIL DO CORPO DOCENTE, TUTORIAL E DAS COORDENAÇÕES DE CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE DE EAD

Os primeiros cursos de Serviço Social ofertados na modalidade de EAD iniciaram seu período de funcionamento no ano de 2006, tardiamente e concernente ao perfil dos cursos de EAD: a maioria concentra-se nas licenciaturas, tendo os bacharelados abertura posterior⁷.

Atualmente, segundo base de dados do Sistema E-MEC, 14 (quatorze) Instituições de Ensino Superior (IES) ofertam cursos de Serviço Social em municípios de todo o país, totalizando 56.651 vagas anuais⁸. Somente uma IES – a UNITINS – é pública (estadual), sendo as demais de natureza privada e 07 (sete), com fins lucrativos, demonstrando o interesse empresarial por este tipo de curso. A UNITINS, embora registrada no E-MEC como pública estadual, é uma fundação pública de direito privado. Conforme tabela a seguir, é possível visualizar as IES que ofertam cursos de Serviço Social na modalidade de EAD.

Não realizaremos aqui uma caracterização detalhada dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD e nem da reconfiguração do trabalho docente⁹ nesta modalidade de ensino, mas buscaremos problematizar algumas questões relativas ao *perfil formativo do corpo docente, tutorial e das coordenações de curso e suas implicações para a formação profissional*, considerando o corpo docente o núcleo estruturante do curso¹⁰ e, o corpo tutorial, aquele

que apresenta maior proximidade e convivência com os discentes, especialmente os tutores presenciais, localizados nos Polos de EAD.

O documento, *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância*, elaborado pela Secretaria de EAD (BRASIL, 2007, p. 19) indica que:

[...] qualquer que seja a opção estabelecida, os recursos humanos devem configurar uma equipe multidisciplinar com funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância, onde três categorias profissionais, que devem estar em constante qualificação, são essenciais para uma oferta de qualidade: docentes; tutores; pessoal técnico-administrativo.

Quanto aos docentes, o documento aponta a necessidade do Projeto Pedagógico do Curso:

[...] especificar claramente em um quadro a qualificação dos docentes responsáveis pela coordenação do curso como um todo, pela coordenação de cada disciplina do curso, pela coordenação do sistema de tutoria e outras atividades concernentes. É preciso a apresentação dos currículos e outros documentos necessários para comprovação da qualificação dos docentes, inclusive especificando a carga horária semanal dedicada às atividades do curso. Além disso, a instituição deve indicar uma política de capacitação e atualização permanente destes profissionais. (BRASIL, 2007, p. 20-21).

Tabela 1 – Cursos de Serviço Social EAD: IES, natureza jurídica, vagas totais anuais e data de funcionamento do curso

IES	NATUREZA JURÍDICA	VAGAS TOTAIS ANUAIS	DATA DE FUNCIONAMENTO DO CURSO
UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT	Privada com fins lucrativos	5.000	2006
UNIVERSIDADE DO TOCANTINS – UNITINS	Pessoa Jurídica de Direito Público – Estadual	2.760	2006
UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP – UNIDERP	Privada com fins lucrativos	16.800	2007
UNIVERSIDADE DE UBERABA – UNIUBE	Privada sem fins lucrativos	55	2007
UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR	Privada com fins lucrativos	21.150	2007
UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP	Privada sem fins lucrativos	60	2008
CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA - NEWTON PAIVA	Privada com fins lucrativos	2.500	2008
UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO – UNISA	Privada sem fins lucrativos	516	2008
CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI – UNIASSELVI	Privada com fins lucrativos	1.300	2008
UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL – ULBRA	Privada sem fins lucrativos	100	2008
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS – UNIGRAN	Privada sem fins lucrativos	3.000	2008
CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO – CEUCLAR	Privada sem fins lucrativos	900	2009
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ – UNESA	Privada com fins lucrativos	1.660	2010
UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS	Privada com fins lucrativos	850	2010
TOTAL DE VAGAS ANUAIS	X	56.651	X

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP, retirados do Sistema E-MEC em 10 de junho de 2011

Em relação aos tutores, não há indicação clara de uma qualificação mínima do tutor, presencial e/ou a distância, mencionando somente a necessidade de:

[...] em qualquer situação, ressalta-se que o domínio do conteúdo é imprescindível, tanto para o tutor presencial quanto para o tutor a distância e permanece como condição essencial para o exercício das funções. Esta condição fundamental deve estar aliada à necessidade de dinamismo, visão crítica e global, capacidade para estimular a busca de conhecimento e habilidade com as novas tecnologias de comunicação e informação. Em função disto, é indispensável que as instituições desenvolvam planos de capacitação de seu corpo de tutores. Um programa de capacitação de tutores deve, no mínimo, prever três dimensões: · capacitação no domínio específico do conteúdo; · capacitação em mídias de comunicação; e · capacitação em fundamentos da EaD e no modelo de tutoria. Por fim, o quadro de tutores previstos para o processo de mediação pedagógica deve especificar a relação numérica alunos/tutor capaz de permitir uma real interação no processo de aprendizagem. (BRASIL, 2007, p. 20-21).

Ressalta-se ainda que o Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que regulamenta o artigo 80 da LDB, relativo ao EAD, não estabelece um parâmetro de formação para os tutores. Em relação aos docentes, o art. 12 do referido Decreto apresenta como requisito para o credenciamento da IES:

[...] apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com educação a distância. (BRASIL, 2005).

De uma forma geral, os cursos disponibilizam as aulas via satélite, material impresso, ambiente virtual de aprendizagem e encontros (semanais ou mensais) nos Polos de Apoio Presencial, com a presença do tutor local. O tutor local responsabiliza-se por tirar dúvidas dos discentes, após as aulas via satélite, ministradas pelos docentes componentes do curso. Assim, o corpo docente – o “núcleo duro” – do curso, é aquele responsável, dentre outras atividades, por elaborar o material didático-pedagógico e gravar as aulas transmitidas via satélite.

Os discentes estabelecem, assim, uma relação didático-pedagógica presencial diretamente com o tutor presencial - contratado como tutor e não docente, destaca-se – para trabalhar no Polo de Apoio Presencial. Do ponto de vista didático-pedagógico, a modalidade de EaD reconfigura completamente a formação e o trabalho docente, visto que descentra a figura do professor e cria um novo sujeito: o tutor, que irá “dinamizar” o momento presencial, direcionado pelo uso das TIC's¹¹.

Destaca-se, pois, que a modalidade de EAD parcializa e fragmenta as atividades docentes, até então, no ensino presencial, centradas e controladas pelo docente. Desta forma, temos docentes contratados para gravar as aulas; outros, para preparar o material didático-pedagógico e os tutores: tutores virtuais e aqueles presenciais, que se encontram nos Polos de Apoio Presencial para a dinamização do conteúdo ministrado virtualmente¹². Geralmente, para a tutoria não é exigida formação docente, como Mestrado; apenas a Graduação e cursos de Pós-Graduação (*lato* ou *stricto sensu*). O valor da força de trabalho de tais sujeitos – que são exatamente aqueles que estabelecem maior contato com os discentes, nos Polos – também é consideravelmente rebaixado¹³.

Quanto às condições do trabalho docente, conhece-se pouco a respeito dos docentes pertencentes ao “núcleo duro” dos cursos de Serviço Social no Brasil, ou seja, os formuladores do material didático e expositores do conteúdo transmitido via satélite. Em levantamento realizado nas páginas das IES, há escassas informações sobre o corpo docente, sua formação, vinculação institucional e produção acadêmica.

Das 14 (quatorze) IES que ofertam cursos de Serviço Social na modalidade de EAD¹⁴, encontramos disponibilizadas informações sobre os docentes em somente duas: a Universidade Tiradentes (UNIT) e a Universidade do Tocantins (UNITINS). As demais apresentam somente o nome do coordenador de curso. Como analisar o perfil da formação nas IES estudadas, se não temos acesso público ao perfil dos formadores, isto é, do corpo docente e dos tutores?

Ao analisarmos o perfil do corpo docente disponibilizado - tanto da UNIT como da UNITINS -, apreendemos que poucos são graduados em Serviço Social: a UNIT dispõe de 02 (dois) docentes, somente (11,8%), em um quadro de 17 (dezessete) professores. Enquanto a UNITINS contrata 50% dos docentes graduados em

Serviço Social. Esta característica traz um sério problema para a formação: como garantir uma formação qualificada em Serviço Social se a maior parte do corpo docente é graduada em outras áreas? Os poucos docentes graduados em Serviço Social são os responsáveis pela produção de todo material didático e por todas as aulas?

Apreende-se na situação em análise o sério risco de um empobrecimento da formação em Serviço Social, visto a frágil presença de docentes assistentes sociais, bem como a pouca diversidade de docentes assistentes sociais no curso. O discente terá aula (virtual) com os mesmos docentes ao longo de toda a sua formação? Estas são questões que precisam ser apreendidas de forma mais aprofundada, à medida que nos aproximarmos mais do objeto de pesquisa.

Nas páginas institucionais das demais IES, não encontramos a relação do corpo docente, somente o nome do coordenador de curso. Ao pesquisarmos a produção acadêmica dos mesmos, constatamos que a maioria apresenta trajetória pautada por atividades de ensino e com pouca produção no âmbito da pesquisa e extensão. Tal perfil aponta para uma formação baseada essencialmente no ensino, o que compromete o projeto de formação defendido pela ABEPSS, baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Cabe salientar que a característica apontada – isto é, de uma formação pautada unicamente em atividades de ensino – não é exclusiva de cursos de Serviço Social na modalidade de EAD, visto que os demais cursos, presenciais, inserem-se majoritariamente em IES com um corpo docente também centrado em atividades de ensino e com raro incentivo institucional para a realização de pesquisa, considerando-se o objetivo primeiro de lucratividade de tais instituições.

Geralmente, o ensino em IES privadas é a prioridade, pois aumenta a lucratividade das empresas educacionais, o que é largamente conhecido, enquanto atividades de pesquisa são relegadas e consideradas de pouco retorno lucrativo. Docentes inseridos em IES privadas com fins lucrativos dedicam a maior parte de sua jornada de trabalho ao ensino, ministrando disciplinas em excesso e com pouco tempo para dedicação a estudos e pesquisas extraclasse¹⁵, o que rebaixa, sem dúvida, a qualidade da formação, dado o escasso tempo para reciclagem e novos estudos docentes. Destacamos que a

crítica realizada aqui não é ao docente, culpabilizando-o, mas às *condições de trabalho docente*, que exigem longa jornada intraclasses, amplificando a exploração do trabalho docente pelas empresas educacionais e expropriando deste trabalhador o tempo necessário à formação permanente.

Quanto aos tutores, distribuídos nos Polos de Apoio Presencial, a ausência de informações é ainda maior: não há qualquer informação sobre a relação de tutores, presenciais e/ou virtuais, em nenhuma página institucional¹⁶. Consta nas páginas das IES somente o endereço do Polo. Ou seja, o discente, ao interessar-se por cursar Serviço Social na modalidade de EAD, não tem acesso ao perfil do corpo docente responsável por sua formação e nem dos tutores com os quais terá contato semanal: quem são seus professores? Qual a sua formação? O que tais docentes produzem academicamente? Quais são a formação e a experiência profissional/docente dos tutores?

3 CONCLUSÃO

O trabalho objetivou apresentar algumas questões que norteiam a formação de graduação em Serviço Social na modalidade de EAD, focando-se nas informações disponibilizadas pelas IES quanto ao perfil acadêmico (formação e produção acadêmica) das coordenações de curso e do corpo docente e tutorial.

Uma questão a salientar refere-se à desvalorização do trabalho docente: com a expansão do EAD, menos docentes mestres e doutores são contratados e mais tutores – com menor exigência formativa e maior rebaixamento salarial – passam a ser contratados, fragilizando a formação e desvalorizando o trabalho docente, visto que um quantitativo maior de docentes desempregados rebaixa o valor de sua força de trabalho. A tendência, a nosso ver, é de que, à medida que o EAD se expanda, mestres e doutores em Serviço Social passem a vender sua força de trabalho, inclusive na condição de tutores, como meio de sobrevivência, rebaixando ainda mais o valor da força de trabalho docente.

Aponta-se ainda a clara necessidade de pesquisas que revelem o perfil docente e dos tutores atualmente responsáveis pela formação de quantitativo significativo de assistentes sociais, na modalidade de EAD. As próprias IES, promotoras e vendedoras de tais cursos, não disponibilizam ao seu público-alvo consumidor informações básicas quanto ao curso, ou seja,

quem são os docentes e tutores? Qual a sua formação? O que produzem academicamente?

Tais informações são ainda desconhecidas, inclusive por parte dos futuros discentes, público-alvo consumidor desta modalidade de ensino. Conhecer o perfil do corpo docente e dos tutores trará - para pesquisadores no âmbito da formação profissional e para as entidades da categoria - informações relevantes que possibilitarão desvelar o direcionamento atual dado à formação na modalidade de EAD e a possibilidade de prospecção quanto ao perfil formativo da nova leva de assistentes sociais formados na referida modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. A. de; WOLFF, S. Novas tecnologias e o trabalho docente na modalidade ensino a distancia. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008, Marília. **Anais...** Marília, SP: UNESP, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/sergioantunesdealmeida.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2011.
- AMARAL, N. C. Expansão-avaliação-financiamento: tensões e desafios da vinculação na educação superior brasileira. In: MANCIBO, D. et al (Org.). **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente.** São Paulo: Xamã, 2009. v. 1, p. 113-146.
- _____. **Financiamento da Educação Superior: estado x mercado.** São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Edunicamp, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro, nov. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2011.
- BARRETO, R. G. As políticas de formação de professores: novas tecnologias e educação a distância. In: _____. (Org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas.** Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
- _____; LEHER, R. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BELLONI, M. L. Professor coletivo: quem ensina a distância? In: _____. **Educação a Distância.** Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2009.
- BRASIL. **Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 05 maio 2011.
- _____. **Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 05 maio 2011.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/l9394.htm>>. Acesso em: 04 maio 2011.
- _____. Ministério da Educação. **CONAE 2010: construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação - o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação – documento referência.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf_doc_base_conae_revisado2.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- _____. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância: versão preliminar.** Brasília, jun 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadastro Nacional de Docentes da Educação Superior 2005.1: versão preliminar.** Brasília/DF, 2005. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_Tecnico_Cadastro_Docentes2005_1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2011.
- _____. **Censo da educação superior 2009: resumo técnico.** Brasília: INEP/MEC, 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso em: 05 maio 2011.
- LIMA, K. R. de S. **Contrarreforma da educação superior: de FHC a Lula.** São Paulo: Xamã, 2007.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1796/179613970017.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

_____. Trabalho docente em cursos de Serviço Social EAD. In: JORNADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. Anais ... São Luís: UFMA, 2011. Trabalho apresentado na mesa coordenada “Trabalho docente e do técnico-administrativo na expansão da educação superior brasileira”. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MESAS_TEMATICAS/TRABALHO_DOCENTE_E_DO_TECNICOADMINISTRATIVO_NA_EXPANSAO_DA_EDUCACAO_SUPERIOR_BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2011.

SGUISSARDI, V., SILVA JUNIOR, J. dos R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

NOTAS

- 1 Para o acesso a dados recentes relativos ao perfil do crescimento do ensino superior brasileiro, o Censo da Educação Superior, de 2009. (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).
- 2 Para a análise crítica da política educacional no nível superior de ensino a partir dos anos 1990, Lima (2007). Estudos de Amaral (2003; 2009) sobre o financiamento da educação superior.
- 3 Quanto ao trabalho docente universitário, levantamos algumas questões para debates futuros: qual o impacto na (des)valorização do trabalhador docente universitário, tanto econômica quanto relativa ao seu *status* profissional? Como se dará a sua organização político-acadêmica? Como se configurará a essencial relação pedagógica entre discentes e docentes nesta modalidade de ensino? Ver trabalho de Almeida e Wolff (2008), que analisa a atividade do trabalhador docente em uma instituição privada de Ensino Superior (IES), situada no Norte do Paraná, detentora de 35% do mercado de EAD no Brasil, com uso intensivo de TIC's. O estudo, bastante interessante, mostra como a relação capital-trabalho, nessa instituição, ao reificar o trabalho do professor, contribui para reduzir a educação à mera mercantilização do diploma.
- 4 Sobre a expansão do EAD no Serviço Social, ver Pereira (2009).
- 5 Parte das reflexões contida neste artigo foi

publicada nos Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas – V JOINPP –, em 2011, e insere-se no conjunto de pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES), apresentando resultados parciais da pesquisa em curso intitulada “Expansão dos cursos de graduação em Serviço Social na modalidade Ead: monitoramento e análise das condições da formação profissional”, sob a coordenação da docente Larissa Dahmer Pereira.

- 6 ABEPSS (1996).
- 7 O Censo da Educação Superior 2009 informa que 71% das matrículas do ensino superior presencial correspondem a cursos de bacharelado, enquanto nos cursos de EAD metade é de licenciatura, ou seja, responsável pela formação de professores. (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).
- 8 Dado retirado em 02 de junho de 2011, do sistema E-MEC: <http://emec.mec.gov.br/>.
- 9 “Art. 1o Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (BRASIL, 1996, s/p). O objetivo do artigo, como salientado, é analisar as implicações do perfil do corpo docente e tutorial para o perfil de formação de assistentes sociais na modalidade de EAD. Contudo, faz-se necessário salientar – o que não será trabalhado aqui – que há uma radical reconfiguração do trabalho docente nesta modalidade, centrado nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), sendo potencializado quanto ao seu alcance quantitativo. Um docente pode, por exemplo, dar a mesma aula para mais de 20 (vinte) mil discentes espalhados por todo o país, pois esta é gravada e transmitida nos Pólos Presenciais de EAD, o que barateia os custos da empresa educacional e amplifica obviamente a margem de lucratividade. A concepção adotada na pesquisa em curso é a de que, para a análise do trabalho docente de nível superior, faz-se necessário compreendê-lo no âmbito do conjunto das mudanças operadas no mundo do trabalho, a partir da década de 1970. Portanto, apreende-se o trabalhador docente como partícipe da classe trabalhadora e submetido, desta forma, aos impactos que a mesma sofreu e vem sofrendo desde a última grande reestruturação produtiva do capital, como forma de reação burguesa à crise capitalista dos anos 1970. Para a

discussão quanto às alterações no mundo do trabalho, cf. Antunes (1998) e Harvey (1992). Sobre o trabalho docente e suas alterações, Barreto (2001), Barreto e Leher (2003) e Sguissardi e Silva Júnior (2009).

¹⁰ Segundo o documento *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância*, elaborado pela Secretaria de EAD (BRASIL, 2007, p. 20), o corpo docente deverá ser capaz de: “a) estabelecer os fundamentos teóricos do projeto; b) selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas; c) identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes; d) definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares; e) elaborar o material didático para programas a distância; f) realizar a gestão acadêmica do processo de ensino-aprendizagem, em particular motivar, orientar, acompanhar e avaliar os alunos g) avaliar -se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de ensino superior a distância”.

¹¹ Barreto (2001).

¹² Belloni (2009, p. 81) afirma que “[...] a característica principal do ensino a distância [...] é a transformação do professor de uma entidade individual em uma entidade coletiva. Cabe lembrar que a introdução das novas tecnologias na educação tende a generalizar esta característica também para o ensino presencial”. Embora discordemos da posição da autora, é interessante a referência ao livro e à análise quanto à parcialização do trabalho docente, especialmente no capítulo V.

¹³ Não problematizaremos de forma aprofundada o papel do tutor, mas destacamos a desvalorização do papel docente, bem como de sua força de trabalho. Alerta-se que a exigência do nível educacional é, geralmente, menor (Graduação e Pós-Graduação, não sendo necessariamente exigido o Mestrado, mas Especialização, a depender da área) e o vínculo empregatício tem como marca a precarização. Por exemplo, no sistema público de ensino, o tutor recebe uma bolsa e não salário com garantias trabalhistas. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em recente edital da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o valor da bolsa é de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) por mês, para 20 (vinte) horas de trabalho semanais. Cf. <http://ead.ufsc.br/ingles/files/2011/10/Edital-010.2011-Tutores-a-Dist%C3%A2ncia-Metodologia.pdf>. No setor privado, a Anhanguera exige como formação acadêmica pós-graduação *lato sensu* ou *strictu sensu* e não informa valores remuneratórios. Informação retirada do sítio: <http://www.anated.org.br/vagas/> em 25 de setembro de 2011. Ou seja, não há como exigência para a tutoria

a formação em nível de Mestrado e o valor desta força de trabalho é relativamente menor em relação ao valor da força de trabalho de um docente. No entanto, a médio e/ou longo prazos, a tendência é a de que permaneça o rebaixamento salarial e aumente a competição entre os trabalhadores, elevando-se, inclusive, a qualificação dos tutores.

¹⁴ As informações sobre os cursos e corpo docente/coordenações foram colhidas em junho de 2011, podendo ocorrer mudanças em período posterior.

¹⁵ Cf. dados revelados pelo Cadastro Nacional de Docentes – 2005 (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005), organizado pelo INEP/MEC e, também, o Censo do Ensino Superior de 2009. (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

¹⁶ As informações sobre os cursos e corpo docente/coordenações foram colhidas em junho de 2011, podendo ocorrer mudanças em período posterior.

Larissa Dahmer Pereira

Assistente Social

Doutora em Serviço Social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Docente da ESS da Universidade Federal Fluminense – Niterói

E-mail: larissadahmer@hotmail.com

Universidade Federal Fluminense - UFF

Rua Miguel de Frias, n. 9, Icaraí – Niterói/ RJ

CEP: 24220-900